

Confira a Pauta Unificada de Reivindicações

REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

- 1) Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 7%);
- 2) Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;
- 3) Negociações com o Cruesp para recuperar perdas históricas, tendo como base o salário de jan/89 (o salário de 89 é cerca de 62% maior que o de abril/06);
- 4) Recomposição das perdas salariais de 57,30% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de jan/1995 a dez/2005 - e enquadramento imediato - dos servidores administrativos, no mínimo, em duas referências.

DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

- 1) Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- 2) Defesa do ensino de graduação de qualidade, com diminuição do número de estudantes em sala de aula, tendo por meta o parâmetro de 30 estudantes em aulas expositivas;
- 3) Garantir o acesso à informação dos que estudam e trabalham na universidade, por meio da ampliação de bibliotecas e de seu acervo, da utilização de xerox e via eletrônica, viabilizando condições mínimas para o desenvolvimento adequado do trabalho acadêmico. O controle da utilização do xerox e da reprodução por via eletrônica deve ser feito pela Universidade e não por órgãos de segurança externos a ela;
- 4) Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários. Equiparação salarial: pagar salário igual para funções iguais e extensão da política de benefícios sociais para todos os que trabalham no interior das universidades e no CEETEPS;
- 5) Dotação orçamentária específica para garantir política de permanência estudantil e apresentação de um plano estratégico para sua ampliação nas três Universidades e no Centro Paula Souza, de forma a atender toda a demanda: moradia, restaurante, bolsas de estudo e transporte, dentre outras;
- 6) Isonomia no auxílio alimentação para os funcionários da USP, UNESP e UNICAMP, no

valor de 52% do salário mínimo;
7) Fim da cobrança de todas as taxas nas universidades e no CEETEPS.

DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

- 1) Compromisso dos Reitores em continuar a negociação de todos os itens de pauta que sejam remetidos à esfera específica de cada universidade;
- 2) Suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
- 3) Manutenção da isonomia salarial e paridade entre aposentados e o pessoal da ativa.

DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CEETEPS

- 1) Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade sustentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 2) Atuação contra as iniciativas do Governo Federal (PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Decretos sobre Fundações - nº 5.205 e sobre Educação a Distância - nº 5.622, Sinaes, anteprojeto de Lei do Ensino Superior), por ele intitulada "Reforma Universitária", que ferem a autonomia universitária, aprofundam o sucateamento das IES públicas, destinam recursos públicos para as instituições privadas de ensino e introduzem uma perspectiva utilitarista, mercantil e privatista para as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos;
- 3) Atuação em defesa de mais recursos para a educação pública brasileira, especialmente para que o governo Lula suspenda o veto do governo Fernando Henrique à meta do Plano Nacional de Educação de investimento de 7% do PIB brasileiro em educação;
- 4) Manutenção e aprofundamento do vínculo do CEETEPS à UNESP, de acordo com a Resolução UNESP 63/95, que explicita como o vínculo deve ser exercido pelas instâncias deliberativas da UNESP (CO, CEPE e CAD), além de prever a ampliação do Conselho Deliberativo da Instituição, assegurando a participação de professores, funcionários e estudantes;
- 5) Lutar na LDO-2007 por ampliação dos recursos do ICMS: 11,6% para as Universidades Estaduais Paulistas, 2,1% para o CEETEPS e destinação de 33% da receita fiscal do Estado para a Educação Pública em geral;
- 6) Lutar para a aprovação de lei estadual garantindo, no mínimo, 9,57% da receita de impostos do Estado, incluindo repasses federais,

- para as universidades públicas estaduais;
- 7) Considerando que o Governo do Estado entesoura toda a contribuição previdenciária de docentes e funcionários, discutir meios, inclusive através da complementação do orçamento das Universidades Estaduais Paulistas pelo Governo do Estado para o pagamento dos aposentados, que viabilizem a aplicação integral da dotação fiscal da USP, UNESP, UNICAMP e CEETEPS, em educação ativa;
 - 8) Luta contra a sonegação e a renúncia fiscal no Estado, bem como contra o decreto estadual 48.034 que isenta de ICMS as compras dos órgãos Estaduais públicos, reduzindo recursos para a educação e outros serviços públicos e para os municípios;
 - 9) Política de expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado ao orçamento das universidades e CEETEPS, garantindo o ensino público de qualidade e política de permanência estudantil;
 - 10) Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos, pelo fim de qualquer convênio que transfira as responsabilidades acadêmicas das Universidades, ensino, pesquisa e extensão, a fundações privadas; ações estas que constituem formas de privatização interna e conduzem em curto prazo a mercantilização total das Universidades Públicas;
 - 11) Preservar a vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
 - 12) Discussão pública da encampação da FAMEMA e FAMERP, somente a partir da incorporação definitiva de recursos financeiros necessários, à quota parte da Unesp, dessas instituições e da expansão já realizada, visando à garantia do padrão unitário de qualidade;
 - 13) Não participação das Universidades Estaduais Paulistas no ENADE;
 - 14) Defender o Plano Estadual de Educação - Proposta da Sociedade Paulista, trazendo este debate para o cotidiano das Universidades Estaduais Paulistas;
 - 15) Compromisso dos Reitores de abrir ampla discussão, com toda a comunidade universitária, sobre democratização da estrutura de poder e processos estatuintes no âmbito local;
 - 16) Discussão da perspectiva de unificação das políticas de saúde do trabalhador nas três universidades e no CEETEPS;
 - 17) Contra os PLCs 30, 31 e 32 de 2005 em tramitação na Assembléia Legislativa de SP;
 - 18) Contra os PLs 153 e 157 em tramitação no Congresso Nacional.

A pauta foi definida a partir das propostas apresentadas na maioria das assembleias